

O arquivista e as políticas públicas de arquivo¹

por Renato Tarciso Barbosa de Sousa

No exercício de construção do texto a ser apresentado neste Congresso fiz os seguintes questionamentos:

O que são políticas públicas?

Podemos falar de políticas públicas de arquivo?

Quem formula?

Como elas são implementadas?

Existem condições concretas para implementá-las?

Como as universidades podem contribuir com as políticas públicas de arquivo?

Qual o papel do arquivista nas políticas públicas de arquivo?

Não tenho a pretensão de esgotar o assunto ou ter respostas definitivas sobre esses questionamentos, mas procurei pensar sobre eles e compartilhar algumas considerações com vocês.

É impossível fazer uma reflexão sobre isso sem realizar um pequeno sobrevôo sobre a temática de políticas públicas.

É inquestionável o aumento de estudos e pesquisas na área de políticas públicas no Brasil. E o crescente interesse por essa temática parece ser justificado por mudanças recentes da sociedade brasileira. Há um intenso processo de inovação e experimentação em programas governamentais – resultado em grande parte da competição eleitoral, da autonomia dos governos locais, bem como dos programas de reforma do Estado, assim como as oportunidades abertas à participação nas mais diversas políticas setoriais.

Não podemos esquecer que as políticas públicas constituem uma temática oriunda da Ciência Política. Há uma multiplicidade de teses e dissertações sobre temas relacionados às políticas governamentais; disciplinas de políticas públicas foram inseridas

¹ Texto apresentado originalmente no II Congresso Nacional de Arquivologia, Porto Alegre – RS, julho de 2006.

nos programas de graduação; criaram-se linhas de pesquisa nos programas de pós-graduação especialmente voltadas para esse campo do conhecimento e agências de fomento à pesquisa estabeleceram linhas especiais de financiamento para as investigações nessa área.

No meio acadêmico arquivístico brasileiro, tenho acompanhado de perto os trabalhos de José Maria Jardim, que tem uma grande produção sobre o tema, e, recentemente, tive acesso à dissertação de mestrado intitulada “Os arquivos da Administração Pública nos municípios do grande ABC Paulista”, de Maria de Lourdes Ferreira, orientada pela professora Heloísa Bellotto, em que a autora dedica uma parte do seu trabalho à discussão de políticas públicas de arquivo.

Aproveito para esclarecer que muitas das considerações feitas nessa minha palestra são frutos da reflexão desses autores.

Dessa forma, nós não podemos nos furtar em buscar na Ciência Política os avanços que foram feitos nos estudos sobre Políticas Públicas. Vale a pena destacar que a construção do conhecimento arquivístico é uma atividade que não pode estar restrita apenas aos muros da própria Arquivística, mas um esforço interdisciplinar, isto é, o avanço nessa área está diretamente vinculado à capacidade de interagirmos com outras áreas do conhecimento humano. Isso fica muito claro quando refletimos sobre classificação e buscamos na Teoria da Classificação e na Teoria do Conceito os elementos que darão consistência metodológica à elaboração de planos de classificação e, também, quando pensamos em descrição e buscamos nas grandes conquistas nos estudos sobre indexação feitos na Biblioteconomia.

No caso específico da Ciência Política, os avanços dos estudos sobre Políticas Públicas apontam para o reconhecimento que Política Pública não é uma construção de Governo, mas sim uma construção coletiva que tem como atores não só o Governo, mas a sociedade como um todo. Os trabalhos nessa área desmistificam, também, a Política Pública como tradução de aspectos legais.

É a partir desses dois entendimentos: primeiro que Política Pública não é apenas uma ação governamental e que ela não pode ser reduzida à dimensão legal, que pautaremos nossa fala e encontraremos o lugar do arquivista nessa construção e aí

poderemos verificar que precisamos muito mais do que somente de um profissional pragmático, apesar da importância e da necessidade dele.

Bucci, por exemplo, entende que os direitos sociais, típicos do século XX, como os que aparecem na Constituição de 1988, são direitos-meios, isto é, direitos cuja principal função é assegurar que toda pessoa tenha condições de gozar os direitos individuais de primeira geração. Como poderia, por exemplo, um analfabeto exercer plenamente o direito à livre manifestação do pensamento? Para que isso fosse possível é que se formulou e se positivou no texto constitucional o direito à educação. Na mesma linha, continua Bucci, como se pode dizer que um sem-teto, que mora debaixo da ponte, exerce o direito à intimidade? Isso será uma ficção enquanto não lhe for assegurado o direito à moradia. Como o cidadão brasileiro poderá conhecer as informações existentes sobre ele? Isso, também, será uma ficção enquanto não lhe for assegurado o acesso à informação, mas é necessário que ela esteja organizada, acessível e protegida. E aí entra a nossa função social e aí, também, que devemos pautar a formulação de políticas públicas de arquivo.

Políticas Públicas podem ser entendidas como o conjunto de planos e programas de ação governamental voltados à intervenção no domínio social, por meio dos quais são traçadas as diretrizes e metas a serem fomentadas pelo Estado, sobretudo na implementação dos objetivos e direitos fundamentais dispostos na Constituição.

As políticas públicas funcionam como instrumentos de aglutinação de interesses em torno de objetivos comuns, que passam a estruturar uma coletividade de interesses. Toda política pública é um instrumento de planejamento, racionalização e participação popular. Os elementos das políticas públicas são o fim da ação governamental, as metas nas quais se desdobra esse fim, os meios alocados para a realização das metas e, finalmente, os processos de sua realização. As Políticas Públicas podem ser compreendidas como respostas do Estado aos direitos coletivos da população.

Em uma sociedade verdadeiramente democrática, a sociedade civil participa ativamente na definição e, principalmente, no acompanhamento da implementação de políticas públicas. Portanto, elas têm a ver com o processo de democratização e institucionalização, refletindo a interpenetração entre estado e sociedade apontando para

novos valores na cultura política relativos à publicização de decisões e à noção da esfera pública como distinta da esfera estatal, nas palavras de Maria Teresa Miceli.

Políticas Públicas são construções de uma coletividade, que visam a garantia dos direitos sociais dos cidadãos que compõem uma sociedade humana. E este é um princípio fundamental.

Podemos pensar, como propõe Maria Teresa Miceli, as Políticas Públicas em três fases:

1 – A fase de formulação, que envolve a transformação de uma massa de dados em informações relevantes; a combinação de valores, idéias, princípios e ideologias com informações factuais para produzir conhecimento sobre ação orientada; e a transformação do conhecimento empírico e normativo em ações públicas, aqui, agora;

2 – A fase de implementação – que pode ser vista como um processo administrativo, portanto, uma complexidade de ações conjuntas, com múltiplas normas, perspectivas diversas e atores cambiáveis. A execução das atividades depende da clareza com que metas e objetivos são fixados e da consistência com que são comunicados.

3 – A fase de avaliação – é um processo sistemático de análise de uma atividade, fatos ou coisas que permitem compreender, de forma contextualizada, todas as suas dimensões e implicações e que tem por objetivo orientar futuras ações. O objetivo é conhecer a relação entre condições, meios, resultados e impactos da intervenção.

A partir dessas considerações e dessa reflexão conceitual, podemos chegar às seguintes constatações:

Primeira constatação, Política não é sinônimo apenas de leis e Pública não pode ser traduzida somente por governo.

Segunda constatação, podemos, sim, falar de políticas públicas de arquivo, pois ela carrega a defesa e a garantia de direitos individuais e coletivos. A importância e o valor estratégico da informação arquivística para a sociedade brasileira, como para qualquer outra sociedade, justifica a necessidade da formulação de políticas públicas de arquivo no país. É um capital informacional pouco compreendido e pouco explorado e que poderia dar uma enorme contribuição para a busca da eficiência e da qualidade na prestação de serviços e, no caso dos órgãos públicos, para a transparência das ações do Estado.

Terceira constatação, as políticas públicas concretizam-se em ações governamentais, mas a partir da articulação dos interesses do Governo e da Sociedade, isto é, a formulação de uma política não pode estar desconectada do público alvo, transformando esse público em sujeito de sua elaboração. Essas políticas devem surgir, então, por meio da união da sociedade civil organizada com o governo, que pensam e planejam juntos como os recursos do país vão ser utilizados, como será a atuação governamental e da sociedade em áreas específicas, e como os serviços serão prestados à população.

Quarta constatação, a formulação de Políticas Públicas parte, fundamentalmente, de um conjunto de dados que precisa ser transformado em informações relevantes. A execução de uma determinada política pública necessita de informação para realizar-se. Em outras palavras, como nos lembra José Maria Jardim, as políticas públicas nas áreas de saúde, ciência ou habitação contam com os diversos impactos das políticas arquivísticas na atuação das organizações governamentais naquelas áreas. A política pública de arquivo é matricial, pois o sucesso obtido em sua implementação fornece às outras políticas públicas informações necessárias as suas formulações.

Quinta constatação – as políticas públicas apresentam duas faces: uma, política e outra técnico-científica.

Já que podemos falar de políticas públicas de arquivo, como podemos defini-la.

Jardim propõe a seguinte definição para políticas públicas arquivísticas “o conjunto de premissas, decisões e ações – produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social – que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico etc.) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada”.

Os objetivos de políticas públicas de arquivo devem ser pautados, inicialmente, pelo direito do cidadão à informação e, também, pelo apoio à administração, à proteção da memória e ao desenvolvimento científico.

Podemos afirmar que temos, atualmente no Brasil, grandes massas de dados elaborados por instituições envolvidas diretamente com a temática dos arquivos.

Esses diagnósticos têm informações fundamentais para o conhecimento da situação arquivística do país e são elementos vitais para a formulação de políticas públicas. Não podemos deixar de reconhecer que essas informações já produziram ou já permitiram que várias ações fossem desenvolvidas. Destacamos o conjunto de resoluções do Conarq e as ações do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo.

Manuel Vázquez quando fala de políticas públicas de arquivo vê nelas dois objetivos a serem atendidos: vinculados com as necessidades da administração; vinculados com a preocupação com o patrimônio documental.

Quanto aos objetivos necessários à administração propõe:

- garantir os direitos do Estado e dos cidadãos, contidos nos documentos de arquivo;
- oferecer informação acessível, que sirva para diagnosticar os problemas da comunidade;
- racionalizar a produção e utilização de recursos documentais;
- conferir transparência democrática aos atos do governo;
- estabelecer uma burocracia a serviço dos cidadãos.

Quanto aos objetivos relacionados à preocupação com o patrimônio documental, propõe a conservação e acesso aos documentos de arquivos públicos e privados para pesquisadores e outros interessados.

Se políticas públicas de arquivo têm como objetivo a garantia do direito constitucional de acesso à informação, nós temos que colocar o usuário em primeiro plano, isto é, tirá-lo das sombras e convocá-lo para o debate, o que exigirá, também, uma mudança de enfoque. O modelo atual parte do pressuposto que a informação é objetiva, fixa, imutável e igual para todos e que ela convive numa relação sem conflitos de poder na sociedade. Os usuários, nesse modelo de compreensão do fenômeno informacional, são considerados sujeitos passivos, meros receptores de informações transferidas pelo sistema. As ações buscam apenas prever comportamentos externos de uso da informação, que passam a ser adotados como indicadores de necessidades e demandas do usuário. Precisamos, então, deslocar o eixo desse debate: dos arquivos direcionados aos arquivistas para os arquivos direcionados aos usuários, como sugere José Maria Jardim.

Se políticas públicas têm uma dimensão técnico-científica, o arquivista e as escolas de formação, isto é, as universidades também são sujeitos importantes dessa construção.

A partir desses estudos, podemos afirmar que as políticas públicas envolvem quatro elementos ou características que devem ser observadas:

- 1 – a necessidade de definição das ações e metas a realizar;
- 2 – a implementação de processos e meios para colocá-las em prática;
- 3 – o caráter dinâmico das políticas públicas;
- 4 – a importância de normas que lhes dêem garantia.

Em relação a esse último elemento, cabem aqui algumas considerações. As Políticas Públicas têm sido reduzidas, em muitos casos, ao aspecto legal, isto é, à formulação de leis e normas. Não basta uma lei ou norma bem escrita ou cheia de boas intenções para que ela seja cumprida e obedecida.

O aspecto legal é importante e, talvez, fundamental, mas ele por si só não garante a implementação das ações de políticas públicas de arquivo. O que garante o cumprimento da lei? O Direito tem nos ensinado que a garantia do respeito às leis não se dá, por exemplo, pelo tamanho ou a extensão da pena, mas a certeza de sua aplicação. Vimos isso em Brasília com o uso das faixas de pedestre. Quando os motoristas começaram a receber as multas em casa por não cumprirem a legislação, aí sim as faixas de pedestre passaram a ser respeitadas. É claro que essa dimensão punitiva é deselegante, porque, mesmo no caso das faixas de pedestre em Brasília, o Estado fez uma ampla campanha educativa. O tema foi, inclusive, debatido nas escolas.

Portanto, o aspecto legal das políticas públicas de arquivo deve ser mediado por uma ação educativa das instituições arquivísticas, que envolva, principalmente, as escolas de ensino fundamental e médio, investindo, basicamente, em cidadãos completamente sensíveis à proteção do patrimônio documental e informacional brasileiro, como parte da riqueza da sociedade.

São raras as manifestações da sociedade em defesa desse patrimônio.

Em dezembro do ano passado, foi noticiado pela Folha de S. Paulo que um incêndio, que levou 18 horas para ser apagado, atingiu o Complexo Hospitalar do Juquery,

e destruiu todos os 136 mil prontuários de pacientes, 15 mil livros e documentos, uma carta de Freud parabenizando o ex-diretor Osório César e o prédio centenário neo-romântico projetado pelo arquiteto Ramos de Azevedo. O hospital foi criado em 1898 e já foi um dos maiores manicômios da América Latina, chegando a abrigar, em seu auge, 18 mil pessoas.

Claro que determinados conjuntos documentais tem um alto poder de combustão pelo conteúdo informacional que eles carregam e as provas que podem ser obtidas por meio deles, como aqueles relacionados à investigação de desvio de verbas. Não parece ser esse o caso do Juquery. Ali é o descuido com a coisa pública, a falta de verbas, a ausência de políticas que protejam efetivamente esse capital informacional.

É evidente o prejuízo de um sinistro como esse, que, infelizmente, não é uma situação incomum. Foram perdidas ali informações relevantes do ponto de vista médico-científico, histórico e social.

Não houve nenhuma manifestação da sociedade ou das instituições envolvidas com a gestão dos arquivos, pelo menos que eu tenha tomado conhecimento.

Há uns anos atrás, em Portugal, uma determinada Igreja quis comprar um cinema tradicional para transformar em um templo religioso. Ouve uma grande manifestação e a compra foi cancelada. Quando no Brasil poderíamos imaginar cenas como essa.

Temos que encontrar formas de sensibilizar a sociedade para o prejuízo irreversível causado para a memória do país por incêndios como o do Juquery. Devemos, então, fomentar o que não acontece espontaneamente e isso é exatamente a razão de ser das políticas públicas. Como podemos fazer isso, como sensibilizar a sociedade para a defesa do patrimônio documental e informacional brasileiro. As leis e normas por si só não criam esse ambiente. Só vejo uma alternativa, criando programas que, por um lado, divulguem a necessidade e a importância da proteção ao patrimônio documental e, por outro lado, levem essas questões para as escolas, garantindo a formação de cidadãos permeáveis a essa temática. A escola tem um poder que não pode e nem deve ser negligenciado.

Políticas públicas como nós vimos, anteriormente, significam, também, planejamento, isto é, a partir de objetivos definidos coletivamente estabelecemos programas e projetos que atendam a essas finalidades. Na verdade, a atuação na área de arquivos é uma atividade defensiva, ou seja, nós agimos depois do problema consolidado. É uma

Arquivística para apagar incêndios. Precisamos nos antecipar aos problemas ou, pelo menos, acompanhá-los. O esforço e os custos serão muito menores.

Temos uma situação assustadora e estimulante.

Os problemas arquivísticos existentes nos conjuntos documentais em suportes tradicionais ainda não foram resolvidos e estamos diante de um novo desafio: as grandes massas de informações eletrônicas que são acumuladas diariamente pelas organizações públicas e privadas.

A banalização das novas tecnologias da informação que permitiu uma informatização crescente das atividades nos setores de trabalho tornou-se uma questão que, em pouco tempo, se transformará em um grande problema.

Temos o exemplo do e-mail, que é uma realidade em todas as organizações públicas e privadas. Enquanto ele era utilizado como um substituto do telefone para rápidas comunicações ou para conversas informais isso não constituía um problema, mas quando ele passa a ser um meio oficial de trocas de informações e de encaminhamento de documentos orgânicos, isto é, produzidos como parte das atividades da organização, aí sim temos um problema, pois não há nenhuma orientação nas organizações públicas e privadas para classificação, avaliação, descrição e preservação dessas informações.

Em uma matéria veiculada pela internet, o jornalista Jeffrey Benner perguntava “A história dos EUA está sendo perdida?” Ele observou que, cada vez mais, o governo americano estava sendo informatizado, mas não existia plano algum de preservação dessa história criada em computadores. Um jornalista investigativo chegou a estimar que apenas 1% dos documentos eletrônicos acumulados pela administração pública americana estava sendo preservado.

E o Arquivo Nacional americano enfrenta esse problema, mas conta com um orçamento que gira em torno dos 300 milhões de dólares. Portanto, a falta de recursos não é uma justificativa para a inexistência de ações concretas.

Essa questão tem duas dimensões: uma que está relacionada ao aspecto técnico, isto é, como classificar, avaliar, descrever e preservar esses documentos eletrônicos; outra que se refere à questão tecnológica, pois o índice de obsolescência dos equipamentos e dos programas é muito curto, que exige um investimento permanente.

Será que não podemos aprender com essa experiência americana?

Quais são as condições concretas para implementação de políticas públicas no Brasil? É possível aprofundarmos as ações das políticas públicas de arquivo? Eu acredito que sim. Estamos vivendo um bom momento na Arquivística no Brasil, talvez um dos melhores, e tenho nove motivos para sustentar esse otimismo.

1 – há uma qualificação crescente dos profissionais de arquivo – Podemos afirmar que já temos um exército de egressos dos cursos de graduação em Arquivologia. Atualmente, contamos com nove cursos superiores, sete deles concentrados nas regiões sul e sudeste. Sete pertencem a instituições federais e dois a instituições estaduais. Recentemente, foi noticiado a criação do décimo curso na Universidade Estadual da Paraíba. Podemos afirmar, então, que há uma distribuição desigual pelo território nacional. As regiões Norte e Nordeste estão, praticamente, sem oferta de arquivista para atender a demanda desse tipo de profissional.

Poderíamos pensar no uso da educação a distância para formar profissionais nas regiões onde não existem cursos presenciais. Trata-se de uma operação extremamente complexa, apesar de possuímos tecnologia para isso. Entretanto, não consigo imaginar uma alternativa como essa fora de um consórcio entre as atuais escolas de Arquivologia no Brasil. Há experiências em curso que poderiam servir como modelo: caso específico do ensino de Biologia.

2 – a demanda por esse tipo de profissional é crescente. Nos últimos anos vários concursos públicos foram realizados e muitos dos aprovados já estão em pleno exercício da profissão. Lembro de um concurso realizado pelo Governo do Distrito Federal que contratou cerca de trinta arquivistas. E o Arquivo Nacional acabou de realizar também um processo seletivo;

3 - Temos um quadro docente mais numeroso, mais diversificado, mais qualificado e com uma maior produção científica, apesar de apresentarmos ainda problemas de canais de discussão e de divulgação dos trabalhos produzidos na área e de uma convivência e um relacionamento mais próximo e constante, que possibilite até a existência de projetos comuns.

4 – os eventos estão ocorrendo com maior frequência. Desde 2004 foram realizados quatro grandes congressos;

5 – a mudança da natureza dos trabalhos apresentados nos eventos da área –

É possível constatar, por meio de vários indicadores, que a produção na área passou de simples relatos de experiência para projetos de pesquisa inseridos em programas de pós-graduação e envolvidos em financiamentos de agências de fomento, com propostas metodológicas e discussões conceituais.

Cabe aqui uma discussão sobre os relatos de experiência. Eles são fundamentais e devem ter um espaço reservado nos eventos e publicações científicas, mas se não há uma verticalização na análise dessas experiências, essas informações são perdidas e não colaboram para a construção do conhecimento, deixando que as práticas sejam dominadas pelo empirismo e pelo senso comum, isto é, uma Arquivística espontânea, onde a prática alimenta a própria prática. Os nossos colegas portugueses chegam a falar que nossa área é dominada por um empirismo eclético direcionado à integração das novidades tecnológicas no velho quadro da prática funcional de classificação, ordenação, representação descritiva e difusão de informação escrita. Há, inclusive, uma tendência a duvidar da possibilidade de se encontrarem bases científicas para o saber arquivístico.

6 – o Arquivo Nacional conseguiu, após um grande esforço, expandir seu espaço físico;

7 - há uma crescente produção editorial, facilitada pela reativação de publicações periódicas e pela criação de novos canais de divulgação, como as revistas eletrônicas. E aqui vale a pena registrar o esforço feito pela Associação dos Arquivistas de São Paulo na publicação de trabalhos sobre temas importantes para a área;

8 – um aumento significativo de pesquisas - É possível verificar uma maior produção científica advinda, basicamente, das universidades, resultado das pesquisas desenvolvidas nos programas de pós-graduação e nos projetos de iniciação científica. Esta última situação foi percebida por Maria Odila (2005), que em recente trabalho apontou um aumento regular, a partir de 1992, na produção de teses e dissertações com temática arquivística.

A criação dos cursos de graduação talvez seja o grande marco definidor dos rumos da pesquisa em Arquivística no País. Isso propiciou a emergência de uma “cultura de pesquisa” na área. De fato, a pesquisa é uma atividade que necessita não apenas de “dinheiro e cérebros”, mas “exige também uma cultura, uma ambiência e um meio que favoreça ao máximo seu resplendor”.

Defendemos, portanto, que a criação dos cursos de Arquivologia teve uma participação fundamental nessa transformação.

9 – há claros avanços na situação arquivística do país –

Uso como exemplo um tema que tenho trabalhado nesses últimos anos: a classificação de documentos e informações de arquivo. Em 1989, o Arquivo Nacional realizou um grande trabalho de pesquisa sobre a situação dos arquivos dos órgãos públicos federais sediados em Brasília e no Rio de Janeiro, que deu origem ao Cadastro Nacional de Arquivos Federais, publicado em 1990. Nos resultados obtidos com essa pesquisa constatou-se que apenas 13% dos órgãos sediados no Rio de Janeiro e 27% em Brasília tinham planos de classificação.

Em 2005 iniciei uma pesquisa, no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, e que contou com a participação de três alunos do Curso de Arquivologia da UnB, para saber qual era o nível de utilização do Código de Classificação de Documentos de Arquivo: atividade-meio, que foi elaborado pela Câmara Técnica de Classificação, do Conselho Nacional de Arquivos, e que se transformou na Resolução nº 4, de 1996. O universo da pesquisa foi os 23 ministérios instalados em Brasília. Conseguimos coletar informações em 22 deles.

Constatamos que todos os responsáveis pelas unidades de arquivo desses ministérios tinham conhecimento sobre o instrumento e que 14, isto é, 64% dos órgãos utilizavam o Código de Classificação.

Quanto às dificuldades em aplicar o código, a maioria (86%) afirmou possuir dúvidas na aplicação, enquanto que somente 14% não tiveram dificuldade em utilizar o instrumento.

Perguntados se o código reflete as atividades-meio desenvolvidas atualmente, 37% responderam negativamente e justificaram que o código está desatualizado, há rotinas extintas e atividades novas não contempladas.

Sobre a existência do Código de Classificação de Documentos para a Atividade-Fim, 71%, dos 14 ministérios que aplicam o código atividade-meio, declararam possuir.

A partir desses dados, podemos afirmar que, apesar de trabalharem com universos diferentes, houve, sem dúvida nenhuma, uma melhoria significativa. Entretanto,

aponta, também, para uma dificuldade no entendimento do código de classificação e a necessidade de atualização desse instrumento.

Não podemos deixar de mencionar um dado importante que a pesquisa revelou. Os dois ministérios que apresentaram a melhor situação arquivística tinham alguns elementos em comum: profissionais especializados, isto é, arquivistas; uma infraestrutura material; conhecimento técnico-científico; um gerenciamento adequado de todos esses recursos e uma política institucional de tratamento dos arquivos expressa em normas e procedimentos.

Esses nove elementos indicam que temos plenas condições de avançar nas políticas públicas de arquivo no Brasil, mas precisamos criar uma estratégia de envolver todos os atores na formulação, implementação e avaliação dessas políticas. E, nesse sentido, proponho que as universidades participem desse grande esforço e desse enorme desafio.

Como elas podem contribuir? Com pesquisas. Podemos pensar em estabelecer linhas de pesquisa para fundamentar as soluções para os problemas comuns identificados nos vários diagnósticos da situação arquivística brasileira. Dessa forma, faz parte de uma política pública definir áreas prioritárias de pesquisa e alocar recursos para isso.

Há muito trabalho a ser feito e muitos vazios que poderiam ser preenchidos com o concurso das universidades. Imagino, por exemplo, uma pesquisa que consiga estabelecer planos de classificação e tabelas de temporalidade referenciais para categorias de organizações. Será que, por exemplo, não podíamos trabalhar com a idéia de um plano de classificação e de uma tabela de temporalidade referenciais para as universidades federais, pois do ponto de vista de missão, funções e atividades elas são semelhantes, são regidas pelas mesmas leis e normas e, portanto, as tipologias documentais que surgem dessa cadeia também o são.

É ingenuidade pensar que a informação arquivística é o único recurso informacional capaz de dar eficiência, segurança, qualidade na tomada de decisão e de garantir os direitos individuais e coletivos da sociedade, mas é ingenuidade pensar também que sem ela, ou seja, sem a informação arquivística é possível ter eficiência, segurança, qualidade na tomada de decisão e garantia dos direitos individuais e coletivos.

Mas queria chamar a atenção para o fato de que a informação arquivística é matricial para todos os recursos informacionais existentes em uma organização, por exemplo. O conhecimento tácito ao ser registrado transforma-se em uma informação arquivística. Os livros e periódicos de uma biblioteca são, na sua origem, informação arquivística para seus autores e para a editora que os publicou. As bases de dados não institucionais são informações arquivísticas para a organização que as produziu.

O que se defende aqui, então, é que o gerenciamento da informação seja o fruto da articulação entre os vários recursos informacionais existentes e fruto, também, do respeito pelas particularidades e especificidades de cada um deles.

E que as tecnologias da informação, usando uma imagem criada por Davenport, é a tubulação por onde corre a informação. Mas não adianta nada ter uma tubulação Tigre se a água que passa por dentro dessa tubulação é de péssima qualidade. O grande desafio das tecnologias da informação não é a falta de recursos para investir em sua aquisição, mas torná-las parceiras e não inimigas.

Defende-se aqui, também, que os recursos informacionais sejam tratados com o mesmo nível de importância dispensado aos recursos financeiros, aos recursos materiais e recursos humanos. E que haja uma articulação clara e nítida entre esses vários sistemas.

Não podemos deixar de esclarecer que o profissional de arquivo é sujeito de toda essa construção, sem ele não podemos falar de políticas públicas de arquivo. Mas é impossível vencer os grandes desafios impostos pela realidade arquivística nacional a partir de um profissional pragmático, que apenas busca informações para agir na realidade.

Para concluir, não podemos pensar em políticas públicas de arquivo como algo distante ou fora das políticas públicas de informação, mas isso exige que o Estado reconheça a informação como recurso gerencial intrínseco a todas as suas ações. Várias ações já foram e estão sendo implementadas, mas não podemos esquecer que políticas públicas pressupõem planejamento e a sensação que tenho hoje é que nós não conseguimos, ainda, articular essas ações em programas e projetos a partir de objetivos comuns. E não conseguimos, ainda, colocar todos os sujeitos dessa construção em um amplo debate ou mesmo criar uma agenda para a operacionalização desse debate. E não desenvolvemos uma

estratégia de avaliação dessas ações, fase importante pelo caráter dinâmico das políticas públicas.

Muito obrigado pela paciência!